



Senado define critérios para criação e fusão de municípios

Texto apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti é fruto de um acordo entre o Executivo e os parlamentares em substituição a proposta aprovada em 2013 e integralmente vetada pela Presidência da República

O Senado aprovou ontem projeto que regulamenta a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). A proposta estabelece critérios de viabilidade financeira, população mínima e regras para a consulta

à população por meio de plebiscito. A aprovação foi elogiada pelos senadores, que destacaram o desenvolvimento econômico que sempre acompanha a emancipação das cidades. Texto segue agora para sanção presidencial. **12**

Na sessão deliberativa de ontem, senadores elogiaram a aprovação das regras para criação de municípios



Waldemir Barreto/Agência Senado

Autorizados créditos para Bahia e Paraná 6

Aprovada aposentadoria especial para pescadores 2

Fundo de Participação dos Municípios é reajustado 12

Pedro França/Agência Senado



Para Tombini, não há crise com país tendo menor nível de desemprego

Presidente do BC afasta risco de descontrole inflacionário

Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, descartou, em audiência na CAE, a possibilidade de o

país entrar em estagnação — inflação alta junto com redução da atividade econômica e desemprego. **7**

Comissão de sindicância vai apurar denúncia sobre CPI da Petrobras

O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou ontem a instalação de uma comissão de sindicância para apurar a participação de servidores da Casa no suposto acerto prévio das perguntas feitas aos depoentes da CPI da Petrobras do Senado. A denúncia feita pela revista *Veja* também será investigada pela Polícia Federal a pedido do

presidente da comissão, Vital do Rêgo. O relator, José Pimentel, negou em Plenário qualquer irregularidade e esclareceu que a linha principal de questionamentos faz parte do plano de trabalho. A acusação motivou pronunciamentos de senadores aliados ao governo e da oposição, que defende a suspensão das atividades da CPI do Senado. **11**

Incentivos para zona franca valerão por mais 50 anos 3

Decreto apenas organiza conselhos, diz ministro 4

Aumento de aposentados aguarda análise em comissão 5

Federalização do ensino pode ter plebiscito 8

Avança urgência em acordos internacionais 12

Policiais federais e peritos agrários terão aumento salarial

A Comissão Mista de Orçamento aprovou parecer favorável ao projeto de lei que reajusta os salários de agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal. Peritos agrários foram incluídos. **7**

Categoria mobilizada veio até o Congresso, em Marcha pela Reforma da Polícia Federal, reivindicar reajuste



Antonio Cruz/ABR

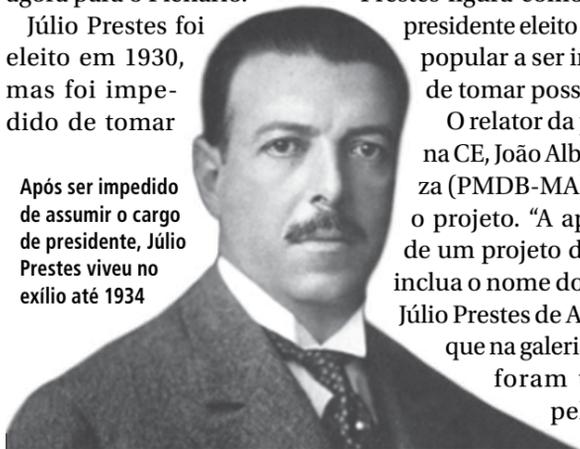
Nome do único mandatário eleito e impedido de tomar posse poderá ser incluído na galeria dos ex-presidentes da República. Júlio Prestes deixou de exercer o mandato por causa da Revolução de 30

Aprovado reconhecimento em honra a Júlio Prestes

PROJETO QUE INCLUI o nome de Júlio Prestes, presidente eleito, mas não empossado, na galeria dos presidentes da República foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). De acordo com a proposta (PLC 18/2014), ele passa a ser considerado um ex-presidente para todos os efeitos legais. O texto segue agora para o Plenário.

Júlio Prestes foi eleito em 1930, mas foi impedido de tomar

Após ser impedido de assumir o cargo de presidente, Júlio Prestes viveu no exílio até 1934



Agência Estado

posse por ocasião do movimento histórico conhecido como Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder. Para o autor do projeto, deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), é uma maneira de “reparar um dano causado em descumprimento à ordem constitucional à época vigente”. Ele observou que Júlio Prestes figura como o único presidente eleito pelo voto popular a ser impedido de tomar posse.

O relator da proposta na CE, João Alberto Souza (PMDB-MA), apoiou o projeto. “A aprovação de um projeto de lei que inclua o nome do cidadão Júlio Prestes de Albuquerque na galeria dos que foram ungidos pela nação brasi-

leira para a suprema magistratura representaria uma espécie de anistia honorífica. E se inseriria no contexto de reconciliação nacional”, diz.

Ponte Anita Garibaldi

Outro projeto originário da Câmara dos Deputados aprovado ontem pela CE, o PLC 19/2014, dá o nome de Anita Garibaldi à ponte sobre o Canal das Laranjeiras, localizada entre o km 313,1 e o km 315,9 da rodovia BR-101, no município de Laguna (SC).

A proposta, do deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), recebeu o apoio do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator na CE, que destacou a atuação histórica de Anita Garibaldi na luta pela liberdade na primeira metade do século 19. O texto segue para o Plenário.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Renan recebe representantes dos aposentados acompanhados por senadores

Vão à Câmara aposentadoria especial e salário-defeso para pescadores

O Plenário aprovou ontem o substitutivo ao projeto de lei do Senado (PLS) 150/2013, que concede aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição. O projeto também assegura a contagem do período de defeso, em que a pesca fica suspensa para garantia da reprodução das espécies. O projeto será encaminhado à Câmara.

Diversos senadores saudaram a aprovação do projeto, que teve como base duas

proposições de autoria de Paulo Paim (PT-RS). O substitutivo foi apresentado por Benedito de Lira (PP-AL), para quem o defeso é uma exigência ambiental, durante a qual o pescador não exerce a atividade como forma de garantir a manutenção da fauna aquática.

Pela manhã, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins, e assegurou a votação do PLS 150/2013.

Ana Amélia adverte para risco à segurança de urnas eletrônicas

Ana Amélia (PP-RS) divulgou ontem advertência feita pelo coordenador do movimento Basta de Corrupção, Ricardo Garcia, sobre problemas no compartilhamento de informações cadastrais e biométricas feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral e a possibilidade de violação do sigilo do voto.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A senadora informou que existem riscos de manipulação eletrônica, fragilidade e falta de transparência dos programas das urnas e falhas de segurança. Ela se referiu também à matéria publicada no jornal *Valor Econômico* que, ao citar o Ministério Público Federal de São Paulo, trata desses riscos e alerta para a integridade dos resultados. Para a senadora, a questão é grave:

— A transparência e a segurança das urnas eletrônicas devem ser tão importantes quanto a presença de candidatos ficha limpa e a realização de debates éticos, propositivos e respeitosos — afirmou.

Alvaro Dias se licencia do mandato para campanha

O senador Alvaro Dias (PR), vice-líder do PSDB, anunciou ontem, em Plenário, que irá se licenciar do mandato pelos próximos 120 dias, em decorrência da campanha eleitoral — o parlamentar é candidato à reeleição ao Senado pelo Paraná.



Waldemir Barreto/Agência Senado

No lugar dele, assumirá a vaga o primeiro suplente, Wilson Matos, professor e reitor do Centro Universitário Cesumar (UniCesumar), universidade paranaense que tem sede em Maringá.

— Creio que devo contribuir com o quórum em eventuais deliberações desta Casa. A minha ausência para a campanha eleitoral não comprometerá o quórum, uma vez que aqui estará Wilson Matos. Ganha o Senado com a sua presença, porque é um talentoso senador, um educador exemplar, reitor de uma universidade com mais de 48 mil acadêmicos, no Paraná — disse o parlamentar, que deixa o Senado esta semana.

Human Rights pede providências contra tortura policial

A organização internacional de direitos humanos Human Rights Watch entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, carta pedindo providências quanto a prática de tortura por policiais e agentes públicos no Brasil. Em relatório encaminhado ao governo federal e ao Congresso Nacional, a entidade afirma ter identificado 64 casos de tortura e tratamento cruel ocorridos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Paraná.

Durante a audiência, que

contou com a presença da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, a diretora da Divisão Américas da entidade, Maria Laura Canineu, relatou que, frequentemente, as violações ocorrem ainda no primeiro dia de prisão.

A Human Rights pediu que o presidente do Senado agilize a tramitação do projeto de Lei do Senado (PLS) 554/2011, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que determina prazo máximo de 24 horas, após prisão em flagrante, para

que presos sejam conduzidos à presença de um juiz. A proposta tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Renan Calheiros disse que vai pedir ao presidente da CCJ, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a apreciação imediata do projeto.

— Do ponto de vista do aperfeiçoamento da democracia, é urgente que façamos a votação desse projeto. Não dá para esperar. É uma matéria que combate os excessos de lado a lado — afirmou Renan.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Votações**
10h Sessão deliberativa.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
10h Renan Calheiros preside a ordem do dia; ao meio-dia, recebe Vanessa Grazziotin; e, às 17h, dom Orani Tempesta.
- CI Rota Bioceânica**
7h30 Debate sobre a viabilidade da implantação da chamada Rota Bioceânica, para ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico.
- CAS Reajuste do salário mínimo**
9h CAS pode votar, entre outros itens, projeto que prevê a manutenção da política atual de reajuste do salário mínimo.
- CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Diploma**
9h Conselho de Comunicação Social do Congresso analisa, entre outros itens, proposta sobre a obrigatoriedade do diploma para a profissão de jornalista.
- CCJ Equiparação salarial**
10h Reunião vota, entre outros, projeto de isonomia salarial entre policiais e bombeiros militares dos ex-territórios e os policiais e bombeiros militares do DF.
- CPI DA PETROBRAS Requerimento**
10h15 CPI da Petrobras vota requerimento ao Tribunal de Contas da União pedindo cópia das auditorias relativas à compra de Pasadena.
- CDH Transgênicos**
14h Audiência pública na CDH para debater os impactos do cultivo de transgênicos nas populações rurais e urbanas.
- COMISSÃO/MP Carreira policial**
14h Comissão examina MP sobre a reestruturação da carreira de policial federal e sobre a remuneração da carreira de perito federal agrário.
- CPMI DA PETROBRAS Depoimento**
14h30 A CPMI da Petrobras ouve o ex-diretor da empresa petrolífera Jorge Luiz Zelada.
- CMO Relatório**
14h30 A Comissão Mista de Orçamento examina, entre outros itens, o relatório ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; às **9h**, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**; e às **10h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.



Lideranças políticas do Amazonas e o vice-presidente da República compuseram a mesa da sessão solene do Congresso

Promulgada prorrogação da Zona Franca de Manaus

Incentivos como a isenção de impostos de importação e exportação e descontos no ICMS e no IPTU oferecidos a empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus tiveram sua vigência estendida até 2073

EM SESSÃO SOLENE ontem, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 83, que prorroga os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus até 2073. Ao presidir a Mesa, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, destacou a importância da medida para a região amazônica e para o país.

— A maior certeza que tivemos, ao aprovar por unanimidade a proposta de manutenção da Zona Franca de Manaus, é que ela continuará contribuindo enormemente para o desenvolvimento da Amazônia e para redução das desigualdades regionais que persistem no país — frisou.

De autoria do Executivo, a proposta que resultou na emenda acrescenta o artigo 92-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para estender por mais 50 anos os incentivos, cuja vigência terminaria em 2023.

Entre os incentivos, estão a isenção de impostos de importação e exportação e descontos no ICMS e no IPTU, que beneficiam 600 empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM), atuando nos segmentos eletroeletrônico, informática e produção de motocicletas. Em 2013, a receita dessas empresas foi de aproximadamente R\$

90 bilhões, gerando 113 mil empregos diretos e cerca de 500 mil empregos indiretos.

Além de Renan, compuseram a mesa da sessão solene o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves; o vice-presidente da República, Michel Temer; o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e o deputado Átila Lins (PSD-AM), relatores da matéria no Senado e na Câmara, respectivamente; o governador do Amazonas, José de Melo de Oliveira; o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto; os senadores pelo Amazonas Alfredo Nascimento (PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB); e o ex-senador Bernardo Cabral, defensor da constitucionalização da Zona Franca de Manaus.

Sustentabilidade

Ao afirmar que a prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus é uma vitória do povo do Amazonas, Eduardo Braga também assegurou que os empregos gerados pelas empresas beneficiadas reduzem a pressão sobre a floresta, favorecendo todo o país.

— A Amazônia ajuda a combater a estiagem que hoje existe em regiões específicas do Sudeste, Nordeste e

Centro-Oeste. Todos os dias, a Floresta Amazônica bombeia 20 trilhões de litros de água do solo para a atmosfera por meio da transpiração das folhas — afirmou Braga.

Também o relator da matéria na Câmara, deputado Átila Lins, considera a aprovação da proposta essencial para o desenvolvimento sustentável da região.

— Estamos colaborando para o crescimento do nosso país nas próximas gerações. Esta emenda é decisiva para o presente e a construção do futuro do Amazonas e de sua gente — disse o deputado.

No mesmo sentido, Bernardo Cabral, que foi relator-geral da Constituinte, como deputado pelo Amazonas, comemorou a prorrogação da vigência da zona franca. Ele lembrou os esforços de muitos constituintes para incluir os benefícios tributários do polo industrial na Constituição.

Em seu discurso, ele relembrou os passos que permitiram a criação e a manutenção da zona franca, numa trajetória que enfrentou resistências, críticas e muitos obstáculos.

— Se lá atrás houve alguma injustiça, a história sempre a corrige, e é o que está acontecendo hoje — declarou.

Vanessa destaca importância da zona econômica especial

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem, em Plenário, a promulgação da Emenda Constitucional 83, que prorroga por mais 50 anos a Zona Franca de Manaus. De acordo com Vanessa, em vez de questionar, os europeus deveriam incentivar esse tipo de medida, já que o modelo, implantado há 47 anos, é essencial não somente para o desenvolvimento econômico da Região Norte, por gerar emprego e renda, mas também por preservar de pé a Floresta Amazônica.

A senadora explicou que as indústrias da zona franca, concentradas no Polo Industrial de Manaus, impedem que a vegetação do restante do estado do Amazonas seja destruída para a exploração de qualquer atividade econômica nociva à natureza.

— E os estudos científicos mostram que a Floresta Amazônica, quando está em pé, não apenas deixa de emitir gases de efeito estufa, mas também captura da atmosfera esses gases de efeito estufa. Mais ela captura do que ela emite — destacou a parlamentar.



Senadora salienta que a zona franca ajuda na preservação de floresta

Plenário aprova diretor de Planejamento do Dnit

Com 45 votos favoráveis e 8 contrários, além de 2 abstenções, o Plenário do Senado decidiu que o economista Adailton Cardoso Dias será o próximo diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Ele exerce, desde 2008, a função de coordenador-geral de Planejamento e Programação de Investimentos no órgão.

Seu trabalho será coordenar, administrar e executar as atividades de planejamento

da infraestrutura do Sistema Federal de Viação e promover pesquisas nas áreas de engenharia dos diversos modais de transporte.

Na Comissão de Infraestrutura (CI), Dias afirmou que os cargos que exerceu no Dnit lhe deram o “conhecimento e o amadurecimento” necessários para ocupar o cargo de diretor. Entre as prioridades citadas por ele, estão a BR-116 da Bahia e a construção do complexo de viadutos da Polícia Rodoviária Federal em Alagoas, entre outros.



Adailton Cardoso Dias responde à sabatina para cargo de diretor do Dnit

Audiência vai debater Rota Bioceânica hoje

A viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bioceânica, para interligar o Oceano Atlântico ao Pacífico e facilitar o escoamento da produção brasileira para a China, é tema de audiência pública marcada para hoje, às 7h30, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A rota que une o Pacífico ao Atlântico — do porto brasileiro de Santos aos portos de Arica e Iquique (no Chile) e de Matarani e Ilo (no Peru), passando

pela Bolívia — esbarra em gargalos que obstruem seu pleno funcionamento, de acordo com Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Um dos problemas, segundo o parlamentar, que é autor do pedido de realização da audiência, é a falta de integração e cooperação entre os países envolvidos, que poderia tornar mais simples e atrativas as viagens.

O senador observa que, em comparação com a saída por

portos localizados no Oceano Atlântico, a navegação até a Ásia poderia ser reduzida em quase 8 mil quilômetros.

Estão convidados para o debate o prefeito da cidade chilena de Iquique, Jorge Soria Quiroga; o secretário de Obras Públicas e de Transportes de Mato Grosso do Sul, Edson Giroto; o prefeito de Porto Murtinho (MS), Heitor dos Santos; e o representante do Ministério das Relações Exteriores, João Carlos de Castro.

Comissão de Desenvolvimento vota uso de torneira automática

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa hoje o projeto de lei da Câmara (PLC 51/2014) que obriga a instalação de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em banheiros coletivos de edifícios públicos, comerciais e residenciais que forem construídos após a aprovação do texto.

A proposta estabelece que os novos edifícios que não se

enquadrarem na nova regra não receberão o “habite-se”. Determina, ainda, que a fiscalização será feita pelos órgãos municipais.

Segundo o autor, deputado Lincoln Portela (PR-MG), o objetivo é minimizar o risco de um colapso no abastecimento hídrico. Para o relator, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), não resta dúvida quanto à importância ambiental, econômica e social do tema.

Gilberto Carvalho afirmou, na Comissão de Direitos Humanos, que o polêmico Decreto 8.243 apenas disciplina funcionamento de vários órgãos de participação social já existentes

Ministro: decreto organiza os conselhos populares

A POLÍTICA NACIONAL de Participação Social, instituída pelo Decreto 8.243/2014, foi tema de duas audiências públicas no Senado, ontem, nas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Na CDH, o debate foi realizado pela manhã, com mais de 70 manifestações de internautas. O polêmico decreto presidencial foi defendido pelos participantes. Os convidados argumentaram que a norma apenas organiza e coloca em interação conselhos de participação social já existentes.

A audiência teve participação do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Ele disse que ficou surpreso com as manifestações contrárias, quando o decreto foi editado. Explicou que os conselhos de participação social começaram a surgir a partir de 1937, com a criação do Conselho Nacional de Saúde. Desde então, foram criados outros 35 conselhos, informou.

— Esses conselhos foram criados por leis diferenciadas. Faltava uma certa unidade de postura, faltava uma inter-relação entre esses conselhos, faltava o disciplinamento de algumas práticas desses conse-

lhos. Portanto, o que se tratava era simplesmente de arrumar a casa — explicou Carvalho sobre a edição do decreto.

O ministro ressaltou que não houve a criação de nenhum novo conselho e nenhuma nova despesa foi gerada pelo decreto. Carvalho afirmou que a norma propõe uma interação entre os conselhos e estabelece a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais, uma instância colegiada interministerial responsável pelo encaminhamento das pautas dos movimentos sociais e pelo monitoramento das respostas a esses grupos.

Formação histórica

O professor José Geraldo de Sousa Junior, da Universidade de Brasília (UnB), disse que a reação contrária ao decreto não lhe causou surpresa. Para ele, essa postura faz parte da formação histórica e social do Brasil e emerge da realidade colonialista. Ele ressaltou que o decreto não criou nada, mas expressa a realidade.

Para o representante dos movimentos sociais, Ronaldo Tamberlini Pagotto, é necessária uma reforma política que reduza a preponderância do poder econômico na democracia brasileira.

— A cada dois anos, a maioria da sociedade brasileira é convocada a votar em homem, branco, rico, heterossexual. Isso é um aspecto que limita a nossa democracia — opinou.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), autora do requerimento para a audiência pública, disse que as manifestações de junho de 2013 mostram a necessidade que a sociedade tem de participar.

— As palavras de ordem que mais ecoam desde as manifestações de junho do ano passado são: “você não nos representam” — justificou a senadora.

Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) disseram ver com simpatia o decreto. Para Simon, no entanto, o momento em que foi editada a norma é inoportuno, em razão de ser concomitante ao funcionamento da CPI que investiga denúncias relativas à Petrobras e diante da proximidade das eleições.

Para o senador, o governo federal teve prazo suficiente para apresentar um projeto de lei sobre o tema. Ele considera positiva toda iniciativa que promova a participação da população na política, mas reforçou que tal decisão deveria passar pelo Congresso.



Audiência debate decreto que cria Política Nacional de Participação Social

Em outra audiência, debatedores divergem sobre o novo sistema

A participação popular nas decisões do Planalto e a constitucionalidade do decreto presidencial que criou o Sistema Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/2014) também foram debatidas em audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ontem à tarde.

De lados opostos, professores, juristas e representantes dos três Poderes não chegaram a um consenso. O decreto, editado em maio, consolida a participação social como método de governo e fortalece instâncias como os conselhos e as conferências.

Prós

O jurista e professor de direito constitucional e teoria do Estado Dalmo Dallari abriu a reflexão assegurando que o decreto de Dilma não usurpa poder do Congresso.

— A democracia participativa não elimina a Casa representativa, mas faz-lhe um acréscimo, aumentando a possibilidade de influência do povo, que continua elegendo seus representantes, embora participe também de outras formas — explicou.

O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, insistiu na tese de que o decreto de Dilma não cria nada novo.

— Não há instância, cargo, estrutura nem despesa nova. Esse decreto, dentro da licença constitucional do artigo 84, que permite à presidente organizar o Poder Executivo,

organiza uma realidade já existente — afirmou.

Carvalho ainda disse que apenas uma reforma política acabará com as limitações da participação popular.

Contras

O jurista Hermes Rodrigues Nery declarou que o objetivo do decreto presidencial foi inviabilizar a democracia, em vez de aprimorá-la. Citando editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, ele disse que os movimentos sociais estão sendo controlados pelos partidos da esquerda, em especial o PT. Nery acrescentou que a institucionalização dos conselhos leva ascensão política imediata aos “revolucionários profissionais”.

— O decreto altera profundamente a ordem constitucional e o equilíbrio dos Poderes, criando conselhos por todas as partes com poder deliberativo — disse.

Avaliando o atual momento, o professor de administração pública da Universidade de Brasília José Matias-Pereira alertou para a possibilidade de o decreto, na prática, levar o sistema a um “travamento”.

Alvaro Dias (PSDB-SP), que apresentou projeto de decreto legislativo (PDS 117/2014) para cancelar o enviado pelo Executivo, acusou o governo de ter “uma postura arrogante e impositiva”, pois foi convidado a transformar o decreto em projeto de lei, para discussão no Congresso, mas não quis.



Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho fala em audiência presidida por Ana Rita (C)

Senado aprova novo ministro do STF e reconduz conselheiro do CNJ

O Senado aprovou ontem a indicação para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) do juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região Luiz Alberto Gurgel de Faria. Também foi aprovada a recondução do advogado Emmanoel Campelo de Souza Pereira para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Gurgel ocupará a vaga aberta pela aposentadoria da ministra Eliana Calmon. A indicação foi aprovada por 53 votos a 4.

Relator da indicação, José Agripino (DEM-RN) recomendou a aprovação pelo Senado

e ressaltou que o indicado tem notório saber jurídico, além de ser um juiz hábil e competente e um bom negociador.

Emmanoel Campelo ocupará uma vaga no conselho no biênio 2014-2016. A aprovação se deu por 41 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção. A indicação foi relatada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Ambas as indicações haviam sido aprovadas pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Durante as sabinas, os mecanismos da me-

dição e da conciliação foram apontados como fundamentais para reduzir o volume de processos e acelerar as decisões do Judiciário. De acordo com Emmanoel Campelo, cerca de 92 milhões de processos estão em andamento na Justiça.

— O Movimento Permanente pela Conciliação procurou mostrar que o índice de satisfação das partes com a conciliação e mediação é de 100% nos conflitos — comentou, a respeito de iniciativa do CNJ da qual fez parte no primeiro mandato dele no órgão.



Gurgel e Campelo salientaram importância da mediação para desafogar Justiça

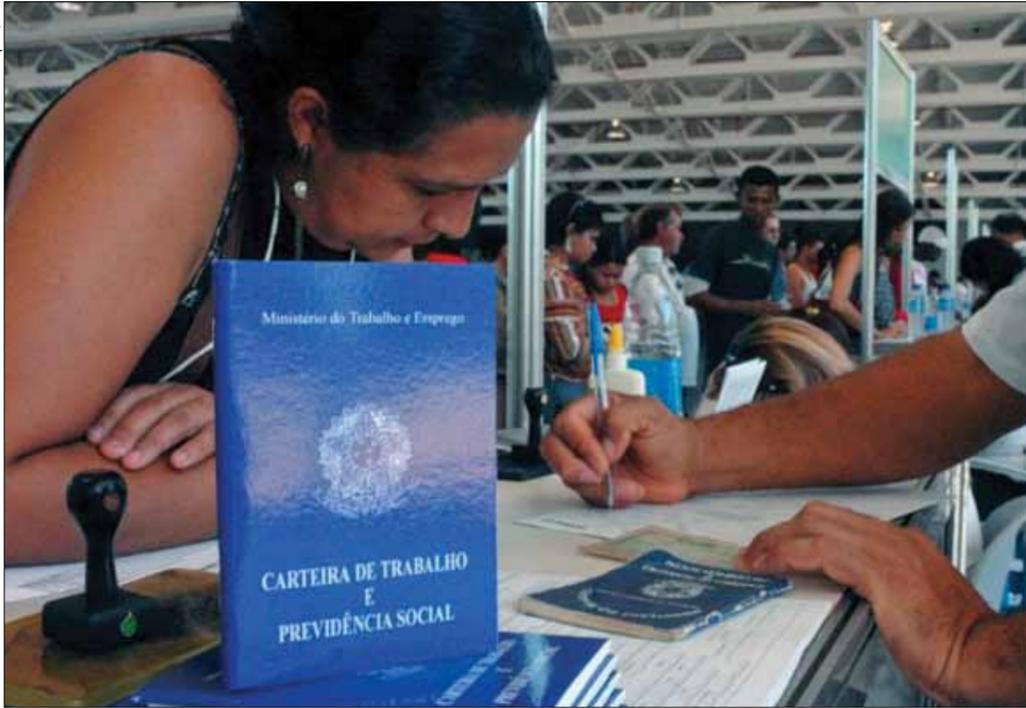


O uso desses instrumentos também foi elogiado por Luiz Alberto Gurgel:

— É importante que as pessoas venham buscar seus

direitos no Judiciário, mas também é importante estimular formas de autocomposição do litígio — argumentou o novo membro do STJ.

Projeto estende até 2019 o reajuste do salário mínimo concedido pela Lei 12.382/2011. A proposta garante a aposentados e pensionistas o aumento real dos benefícios.



Texto apresentado por Inácio Arruda estende até 2019 a política de reajuste do salário mínimo que vale até 2015

Comissão examinará aumento real a aposentados

A MANUTENÇÃO DA política atual de reajuste do salário mínimo está na pauta de votações da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de hoje. A proposta, que consta do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 31/2014, estende até 2019 o reajuste a ser dado ao salário mínimo até 2015, de acordo com a Lei 12.382/2011. O texto também garante aos aposentados e pensionistas um aumento real dos proventos.

De autoria de Inácio Arruda (PCdoB-CE), o PLS 31/2014 propõe a continuidade da política atual de reajuste do salário mínimo até 2019. Atualmente, o salário mínimo é reajustado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e, a título de aumento real, na variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

O relator do projeto, Paulo Paim (PT-RS), decidiu fazer

um substitutivo para estender o reajuste também aos aposentados e pensionistas. Ele propõe uma alteração na Lei 8.213/1991 para que o aumento real dos benefícios previdenciários esteja vinculado ao crescimento real da remuneração média dos trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal. Esse crescimento é obtido pelas informações da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

— Vincula-se o benefício à renda dos trabalhadores ativos, impedindo assim que os aposentados deixem de acompanhar as melhorias observadas no mercado de trabalho do país — afirmou Paim.

O PLS 31/2014 tramita em conjunto com o PLS 159/2013, de Mário Couto (PSDB-PA), que propõe fixar o valor do



Relator da iniciativa, Paulo Paim inseriu o benefício aos inativos

salário mínimo em R\$ 1,4 mil a partir de 1º de janeiro de 2014. O projeto havia sido aprovado na CAS, com uma emenda que propunha a valorização do salário mínimo até 2015, mas Paim achou por bem rejeitá-lo, já que um aumento de quase 80% no salário mínimo poderia causar, segundo ele, “sérios distúrbios ao sistema econômico”.

Se aprovado na CAS, o projeto vai a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado terminativamente.

Restaurantes podem ser obrigados a informar valor nutricional dos pratos

Também consta da pauta da CAS de hoje o PLS 489/2011, que obriga restaurantes, lanchonetes e similares a colocarem à disposição dos clientes informações nutricionais dos pratos servidos no estabelecimento.

A proposta, de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), tem objetivo de ajudar o consumidor a fazer escolhas saudáveis nas refeições fora de casa, evitando, assim, o sobrepeso e doenças decorrentes, como hipertensão e diabetes.

O projeto original previa que as informações nutri-

cionais estivessem contidas nas embalagens de produtos servidos já embalados e em cartazes, cardápios, tabelas ou fôlderes, e pela internet. Emenda aprovada na Comissão de Meio Ambiente (CMA), entretanto, determinou que a forma de apresentação e a abrangência das informações nutricionais que estarão disponíveis para o consumidor devem ser estabelecidas pela autoridade sanitária competente.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), deu parecer favorável ao texto, que será examinado em caráter terminativo.

Projeto que obriga exibição do teor de lactose em embalagens já tem parecer

Com parecer favorável de Cícero Lucena (PSDB-PB), está pronto para ser votado na CAS projeto que obriga a indústria a indicar no rótulo das embalagens o teor de lactose dos alimentos.

Autor do PLS 260/2013, Paulo Bauer (PSDB-SC) justificou a matéria apresentando os resultados de diversos estudos que apontam a elevada ocorrência da intolerância à lactose no Brasil. Segundo ele, essa intolerância foi verificada em percentuais que variam de 45% a 71%.

Estima-se que 50% da população brasileira seja afetada por esse problema. Ele ressalva, contudo, que essa é uma avaliação otimista, considerando estudos internacionais segundo os quais 75% da população mundial sofre de intolerância à lactose.

A justificativa do projeto assinala a importância de informar-se o teor da lactose nos alimentos para que as pessoas afetadas possam administrar o consumo diário de leite e derivados, de forma a manterem uma ingestão adequada de cálcio.

Cícero constatou que os argumentos de Bauer demonstram “inquestionavelmente a relevância sanitária de a população ser informada sobre o teor de lactose dos alimentos”. O senador disse ainda que o projeto atende ao direito dos cidadãos, como consumidores de produtos alimentícios, de saberem o conteúdo daquilo que estão comprando. O projeto será votado em decisão terminativa.

A reunião da Comissão de Assuntos Sociais está marcada para as 9h, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa.



O **Alô Senado** tem a finalidade de oferecer um canal de comunicação gratuito entre a população e os senadores.

O atendimento telefônico é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, pelo **0800 612211**.

O atendimento eletrônico está disponível pelo site www.senado.leg.br/alosenado. Por meio desse canal de comunicação, o cidadão pode expressar opiniões e críticas sobre o trabalho parlamentar, bem como oferecer sugestões e esclarecer dúvidas.

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Especialistas indicaram em audiência pública os principais obstáculos para a agricultura de baixo carbono no país. Segundo eles, o despreparo dos bancos é a pior dificuldade

Debate aponta gargalos da agricultura verde

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública promovida pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC), ontem, ressaltaram a importância da capacitação de agentes financeiros e da criação de um fundo garantidor para aumentar a contratação, pelos produtores rurais, da linha de crédito disponibilizada dentro do Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC).

A linha de crédito do Plano ABC tem como objetivo incentivar a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa e ajudem na preservação dos recursos naturais.

De acordo com o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Carlos Vaz, a falta de preparação dos agentes financeiros para lidar com essa linha de crédito é um fator que dificulta a contratação.

— É uma linha de crédito complexa e não operada por todo o sistema bancário

nacional. Na prática, só existe um agente financeiro com disposição, conhecimento e estrutura para apoiar a linha de crédito do ABC, que é o Banco do Brasil — lamentou.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Elvison Nunes Ramos, disse que todos os atores envolvidos na contratação do crédito, do analista ao gerente do banco, devem conhecer as tecnologias do ABC para conseguir transmitir todas as informações necessárias ao produtor rural.

De acordo com o coordenador de Conservação do Solo e Água e de Florestas Plantadas do Mapa, é necessária uma liberação mais expressiva de recursos.

— Temos que ter competência técnica para criarmos convicção nesse produtor rural de que ele precisa sair de uma agricultura menos sustentável para uma mais sustentável, e isso requer recursos — explicou.



Formaram a mesa Pedro Burnier, Elvison Ramos, deputado Alfredo Sirkis, José Carlos Vaz, Luiz Peroba e Marcos Del Prette

As garantias exigidas dos produtores, assinalaram os participantes do debate, é outro fator que dificulta a contratação dos recursos disponíveis. O gerente de Projetos de Pecuária Sustentável da Oscip Amigos da Terra — Amazônia Brasileira, Pedro Burnier, explicou que muitas vezes o banco exige a titularidade da terra como garantia para o pagamento e, principalmente no Norte e no

Nordeste, que enfrentam problemas fundiários, o produtor não consegue cumprir essa exigência. Burnier informou que, na safra 2013-2014, apenas 60% dos recursos do ABC foram utilizados.

Os participantes da audiência apontaram a criação de um fundo garantidor, a ser utilizado pelos agricultores familiares como parte da garantia de pagamento do crédito adquirido das institui-

ções financeiras, como uma forma aumentar o volume das contratações.

— É preciso ter uma fonte de recursos para aval, ou seja, para permitir que essas restrições possam ter uma forma alternativa de garantia. Por exemplo, sobrou 40% do ABC, então não seria viável destinar parte desse recurso para criar um fundo de aval a ser constituído com regras e critérios? — indagou Burnier.

Participação de estudantes em conferência da ONU sobre mudança no clima é aprovada

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que prevê a criação, pelo Poder Executivo, de um programa que permita a participação de jovens brasileiros nas reuniões da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Na-

ções Unidas sobre Mudança do Clima. O projeto (PLS 534/2013) dispõe ainda que as regras desse programa serão definidas por meio de regulamento. A proposta altera a Lei 9.795, de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Ao justificar a proposta, a autora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirmou que o programa que permite a participação dos estudantes brasileiros em conferências internacionais sobre mudanças climáticas é uma relevante contribuição à formação de

novas lideranças nessa área. O relator da proposta na Comissão de Educação, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), votou pela aprovação do texto, que segue para a Comissão de Meio Ambiente, onde será examinado em caráter terminativo.

Fleury pede apoio a produtores de cana



Marcos Fleury/Agência Senado

O senador Fleury (DEM-GO) alertou ontem para a crise dos produtores de cana-de-açúcar, que têm sofrido com a falta de apoio oficial para o aumento de produtividade.

Na opinião dele, a situação do setor alcooleiro mostra que o governo esqueceu o etanol como esperança energética. Segundo Fleury, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a falar apenas no pré-sal, que,

no entanto, mostrou-se uma alternativa inviável diante da crise da Petrobras.

— Quebrou a Petrobras, que era a oitava empresa do mundo. Hoje eu não posso nem falar, porque cada dia ela cai um ponto — disse o parlamentar, em Plenário.

Fleury também cobrou providências para recuperar o armazenamento de grãos, assinalando que os produtores rurais não têm onde guardar a safra deste ano. Segundo o senador, o governo anunciou R\$ 500 milhões para reforma de armazéns, mas só conseguiu liberar 1% dessa verba.

Casildo defende uso de energias alternativas



Waldemir Barreto/Agência Senado

No Plenário, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou ontem que o sistema de produção de energia solar do prédio da Eletrosul, inaugurado recentemente em Florianópolis, é um exemplo de como o país pode avançar na utilização de energias alternativas.

Ele disse em Plenário que a Megawatt Solar é a maior usina de energia solar integrada a um prédio

na América Latina e que os 4.200 painéis fotovoltaicos instalados na cobertura e no estacionamento da Eletrosul vão gerar energia suficiente para atender cerca de 540 residências. Casildo explicou que parte da energia solar gerada na Eletrosul será vendida a grandes empresas e shoppings, e que o primeiro leilão de 800 megawatts-ano deve ocorrer ainda neste ano.

— Esse é apenas um exemplo de como a aposta em energias alternativas pode se tornar economicamente viável — afirmou o senador.

Senado autoriza operações de crédito externo para programas da Bahia e do Paraná

O Senado aprovou ontem a contratação de duas operações de crédito externo para o estado da Bahia. Um dos empréstimos, no valor de até US\$ 200 milhões, será firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O contrato terá garantia da União e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador (Prosus).

O programa pretende fortalecer o SUS na Bahia, priorizando a Região Metropolitana de Salvador, e o fortalecimento do planejamento e da gestão do setor público. Para a senadora Ana Rita (PT-ES), relatora da matéria, o pleito é “procedente”. Ela disse que a Bahia é um estado em desenvolvimento e o financiamento é de fundamental importância para a população.

A outra operação de crédito que foi

autorizada para a Bahia é no valor de US\$ 150 milhões. O financiamento, que será feito com a garantia da União, será contratado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e tem como objetivo o financiamento parcial da segunda etapa do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável. O projeto visa promover a inclusão produtiva, fornecendo assistência aos pequenos

agricultores rurais, no intuito de aumentar a sua produtividade e o acesso aos mercados.

O Senado também aprovou a contratação de empréstimo de até US\$ 67,2 milhões entre o estado do Paraná e o BID. A operação conta com a garantia da União e destina-se ao financiamento parcial do Programa Paraná Seguro, que tem como meta a reestruturação da segurança pública no estado.

Tombini nega estagflação e aponta queda nos preços

Em debate na CAE, presidente do Banco Central destacou a queda nos índices de preços ao consumidor, com três meses de deflação no atacado, e ressaltou o “menor nível de desemprego de todos os tempos”

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Alexandre Tombini, negou em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, o risco de o Brasil entrar em um processo conhecido como estagflação, que combina inflação alta com redução da atividade econômica e aumento do desemprego.

O alerta sobre esse risco havia sido feito pouco antes por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Após lembrar que a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 meses está em 6,52%, acima do teto da meta (6,5%), o parlamentar apontou uma deterioração da expectativa de crescimento anual da economia, que caiu de 1,7% em março para 0,86% em julho, de acordo com a pesquisa Focus. Ferraço perguntou se isso não poderia conduzir o Brasil “ao pior dos mundos”, que seria a estagflação.

Tombini respondeu que, apesar de a variação acumulada do IPCA estar acima do teto da meta, o Brasil passa por um fenômeno caracterizado pela queda dos índices gerais de preços ao consumidor e, principalmente, no atacado. Conforme o dirigente do BC, houve deflação nos últimos três meses no atacado, “o que sugere que a inflação ao consumidor tende a permanecer bem comportada nos meses à frente”.

O presidente do BC explicou que a inflação média, desde o início do Plano Real, é de 0,52% ao mês e, nos últimos 42 meses, situou-se em 0,51%.

Com base nesses números, Tombini garantiu que não há descontrole na inflação e ques-



Tombini disse na CAE que a inflação vai se comportar bem nos próximos meses

tionou a própria existência de uma crise.

— Que crise é essa se estamos no menor nível de desemprego na economia brasileira de todos os tempos? Que crise é essa em que a inflação está sob controle? — questionou.

Crescimento

Questionado por vários senadores, como Jayme Campos (DEM-MT), Odacir Soares (PPRO) e Blairo Maggi (PR-MT), o presidente do Banco Central disse que a revisão do crescimento tem sido mais norma do que exceção nas principais economias do G-20. Pela décima vez seguida, a pesquisa Focus, em que são ouvidas mais de 100 instituições financeiras, reduziu a previsão de crescimento para 2014, agora de 0,90% para 0,86%.

Pouco antes, na apresentação aos senadores, Tombini havia atribuído à demora no restabelecimento dos “espíritos animais” dos empreendedores a lentidão na retomada das economias globais. *Animal spirits* foi um termo usado pelo economista britânico John Maynard Keynes, em 1936, para descrever emoções que embasam

a confiança no mercado.

Em resposta a Ana Amélia (PP-RS), que perguntou se o pessimismo decorre da situação política ou de “algo que não conseguimos enxergar”, Tombini disse que o BC trabalha para manter a previsibilidade da economia, tentando aperfeiçoar a comunicação com a sociedade.

Cyro Miranda (PSDB-GO) questionou o presidente do BC a respeito de denúncia de *O Estado de S. Paulo* sobre a existência de uma suposta “conta paralela” de R\$ 4 bilhões que estaria fora do “radar” do Banco Central em um banco privado. Tombini citou nota de esclarecimento divulgada pelo BC em 15 de julho informando que a mudança na classificação contábil pela instituição financeira está sob análise da área de supervisão do Banco Central.

A reunião, presidida por Luiz Henrique (PMDB-SC), cumpre determinação do Regimento Interno do Senado para que a CAE realize, a cada três meses, audiência pública com o presidente do BC, para acompanhamento da política monetária. A reunião anterior foi realizada em março.

Suspensão exame da MP que exige impostos em nota fiscal

Um pedido de vista coletiva suspendeu a reunião da comissão mista que analisa a MP 649/2014. Na reunião realizada ontem, foi lido o voto do deputado Andre Moura (PSC-SE) sobre a MP que adia a punição aos estabelecimentos que não emitirem a nota fiscal discriminando os impostos incidentes na operação. Como foram incluídos assuntos diversos na medida, deputados e senadores pediram um tempo para analisar as emendas. O presidente da comissão, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), convocou outra reunião para hoje, às 14h.

No texto original, a MP estabelece que a fiscalização será orientadora até o final do ano. Já em 2015, o comerciante que não disponibilize essa informação na nota fiscal poderá sofrer as sanções previstas em lei — como ser multado, ter a atividade suspensa ou até mesmo cassada. O relator acolheu uma emenda determinando dois anos de orientação a partir do momento em que o governo “estabelecer regras claras acerca do cálculo dos tributos que deverão ser discriminados em nota fiscal”. A partir desse prazo, o descumprimento da norma acarretará punição.

O deputado Guilherme Campos (PSD-SP) disse que

a legislação é positiva, mas as empresas precisam de mais tempo para a implantação da norma.

O deputado Vanderley Macris (PSDB-SP) disse que a MP é um avanço na medida em que o consumidor passa a ter consciência dos tributos que paga na compra de cada produto.

— É importante e pedagógico que o consumidor tenha essa consciência — assinalou.

A obrigatoriedade da informação dos impostos na nota fiscal consta da Lei 12.741/2012, decorrente de projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL), que previa o início da aplicação de sanções desde junho passado.

Entre as emendas aceitas pelo relator, está a suspensão de uma resolução do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito. Para o deputado Guilherme Campos, autor da emenda, o preço cobrado tem de embutir o custo financeiro das vendas pagas por meio do cartão de crédito. Atualmente, assinalou, todos os consumidores estão pagando um valor a mais por um produto, mesmo quando pagam em dinheiro.



Medida determina sanções a quem não discriminar impostos na nota fiscal

Reajuste para policiais federais e peritos agrários é aprovado

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 5/2014) que permite reajuste salarial para agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal. Esses profissionais ficaram de fora do aumento parcelado de 15,8% dado pelo governo aos servidores públicos nos anos de 2013, 2014 e 2015. Agora, a proposta terá de ser votada pelo Plenário do Congresso.

O projeto altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor (Lei 12.919/2013) para viabilizar a melhoria salarial, fruto de acordo entre as

categorias e o Executivo para que não houvesse greve ou paralisações na Copa. O relatório aprovado foi elaborado pelo deputado Cláudio Puty (PT-PA) e incluiu aumento para peritos federais agrários.

Os parlamentares que integram a Comissão de Orçamento também aprovaram requerimento, de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), convidando a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para participar de audiência sobre cortes orçamentários no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a greve na entidade, que já dura mais de dois meses.

O requerimento aprovado também convida para o debate a presidente do IBGE, Wasmália Bivar, e um representante do sindicato nacional dos trabalhadores do órgão.

Créditos especiais

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), tentou convencer os demais parlamentares a votarem também o relatório preliminar ao projeto da LDO para 2015 e o PLN 4/2014, que abre crédito especial de R\$ 50,9 milhões em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes. Mas não houve consenso para

apreciação dessas matérias, pois os respectivos relatores, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e o deputado Cláudio Puty (PT-PA), não estavam presentes. O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) e os deputados Felipe Maia (DEM-RN), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) e Sandro Mabel (PMDB-GO) disseram ser imprescindível a presença de relator para a votação de créditos especiais, para que as dúvidas sejam esclarecidas.

— Não faz sentido votar um crédito especial sem a presença do relator — disse Moka.

O adiamento da votação do relatório preliminar de Vital do

Rêgo já havia sido combinado na reunião de líderes da CMO, uma vez que o parlamentar não estaria presente devido a compromissos relacionados com a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, da qual ele é presidente. Após as votações, o presidente do colegiado suspendeu a reunião e agendou para hoje, às 14h30, a retomada das votações, quando espera votar o relatório. Participaram ainda dos trabalhos da comissão os senadores Ruben Figueiró (PSDB-MS), Cyro Miranda (PSDB-GO), Jorge Viana (PT-AC) e outros deputados federais.

Avança plebiscito sobre federalização do ensino

Comissão aprova realização de consulta para que a população decida se quer que educação infantil e ensinos fundamental e médio passem a ser responsabilidade da União

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) aprovou ontem projeto de convocação de um plebiscito em âmbito nacional para consultar a população a respeito da transferência da responsabilidade sobre a educação básica para a União. Atualmente cabe, em sua maior parte, aos estados e municípios custear a educação infantil e os ensinos fundamental e médio.

O plebiscito foi proposto pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e será aplicado ao eleitorado brasileiro. De acordo com o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 460/2013, a consulta deverá ser feita simultaneamente com o primeiro turno das eleições de 2014, em 5 de outubro. O cidadão deverá responder, com sim ou não, à seguinte questão: "O financiamento da educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do governo federal?"

Caso o projeto seja aprovado, o Congresso comunicará



Pedro França/Agência Senado

Hoje governos estaduais e municipais arcam com 80% das verbas para a educação, enquanto o governo federal aplica 20% nas escolas e salários de professores

ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que expedirá as instruções para que o plebiscito possa ser realizado. Além disso, será assegurado tempo de TV e rádio para que partidos políticos e frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil façam suas campanhas a favor ou contra a transferência.

Segundo o relator da proposta na CE, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), estados e municípios são responsáveis por cerca de 80% dos recursos destinados à educação, enquanto a União, que detém mais da metade do bolo da arrecadação de tributos, participa com apenas 20%.

— O ente federado com menos recursos é quem faz o menor aporte de verbas para a educação básica. Como consequência, há disparidades na infraestrutura escolar pelo país afora, incapacidade de diversos governos estaduais e prefeituras para honrar o piso salarial dos professores,

entre outros problemas — reforçou o senador.

O projeto de Cristovam segue agora para votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois o texto também terá que ser analisado pelo Plenário.

Situação da Casa de Saúde do Índio em Macapá é criticada em audiência pública

Atendimento com instrumentos cirúrgicos contaminados, macas enferrujadas, tortura e dificuldade de acesso. Essas são algumas das dificuldades enfrentadas pelos índios que buscam atendimento na Casa de Saúde do Índio (Casai), em Macapá, de acordo com denúncias apresentadas ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A enfermeira Simone Angélica Alves de Souza Costa, que atua na instituição, informou aos integrantes da CDH que a Casa de Saúde do Índio não respeita a lei que trata do apoio à saúde dos povos indígenas.

— A realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena devem, obrigatoriamente, ser considerados — afirmou.

A diretora da Casa de Saúde do Índio, Ana Maria Quaresma de Souza, rebateu as denúncias. Alegou que o problema não é de má gestão, mas sim decorrente do consumo de bebida alcoólica pelos índios.

— A gente depende do SUS e de parcerias. Alguns exames são encaminhados e a gente consegue, pelo Ministério Público, fazer alguns deles

com rapidez — disse ela, acrescentando que a casa precisa, urgentemente, de ajuda para lidar com o problema do alcoolismo entre os índios.

A tenente do Exército Silvia Nobre, por sua vez, mostrou fotos que comprovavam a falta de preparo dos profissionais no atendimento aos índios.

Segundo o secretário do Ministério da Saúde Antônio Alves de Souza, o que precisa ser entendido é que a Casai não atende casos de média e alta complexidade por não ser um hospital.

— A Casai é um estabelecimento de cuidados de enfermagem. Inclusive, nem uma hidratação deve ser feita em uma Casai, porque é necessário todo um equipamento caso ocorra um choque anafilático para garantir a recuperação desse paciente — explicou.

João Capiberibe (PSB-AP), que presidiu a audiência, afirmou que vai pedir que o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) informe quanto dinheiro é remetido à Casa de Saúde do Índio e como os recursos são aplicados. Além disso, informou que fará uma diligência para visitar a Casai em Macapá. Disse que o objetivo é verificar de perto se a situação é tão precária quanto o relatado à CDH.



Jefferson Ruel/Agência Senado

Capiberibe (C) prometeu uma diligência à Casa de Saúde do Índio, em Macapá, para verificar a situação

Presidente da Funai será ouvida sobre políticas públicas para índios isolados

Por falta de quórum, não houve votações na reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA) de ontem. Blairo Maggi (PR-MT) — que, após licença, reassumiu o mandato e a presidência da comissão — anunciou uma audiência hoje com a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati.

No debate, marcado para as 9h, serão discutidas políticas públicas voltadas aos indígenas, em especial no que diz respeito à qualidade de vida de índios isolados e de recente contato. Também foi convidado o coordenador de Proteção e Localização de Índios Isolados da Funai, Leonardo Lenin dos Santos.

Blairo chamou a atenção para a necessidade de discutir a política de demarcação de terras indígenas. Segundo afirmou, com 13% do território brasileiro correspondendo a terras indígenas, a demarcação não resolverá todos os problemas enfrentados por essa população. Ele também rechaçou o título de "anti-indigenista" que "insistem em colocar contra quem levanta a voz".



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Blairo alertou para a necessidade de debater a demarcação de terras

Mozarildo apoia famílias tiradas de reserva

Nove anos depois da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, as pessoas expulsas da região vivem no Projeto de Assentamento Nova Amazônia sem qualquer tipo de assistência do governo federal, denunciou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Segundo ele, as famílias dessas pessoas chegaram à região onde hoje está demarcada a reserva há quatro gerações. À época, produziam cerca de 25% do produto interno bruto de Roraima, com o cultivo de milho, soja e arroz.

Agora, muitas delas encontram dificuldade para exercer alguma atividade que lhes renda dinheiro para a subsistência, disse o senador, ao lem-

brar que outras tantas que não estão no assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vivem na periferia de Boa Vista.

E o que é pior, acrescentou Mozarildo, é que também os índios que ficaram na reserva sofrem com o descaso do governo federal.

O senador ainda lamentou a entrega, aos moradores do assentamento, de casas inacabadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador lamentou falta de assistência

Debatedores apoiam MP de incentivo à indústria

Representantes da indústria e do mercado financeiro revelaram expectativa positiva com os efeitos da medida provisória editada para estimular esses setores da economia. Texto já recebeu 334 emendas

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 651/2014, editada com novas regras para estimular a indústria e o mercado de capitais, recebeu ontem o apoio unânime de representantes do governo e do setor privado, em audiência pública na comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a matéria.

Entre outros temas, a MP 651/2014 restitui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) — mecanismo que devolve aos exportadores tributos retidos ao longo da cadeia produtiva e não passíveis de restituição. O valor a ser restituído, entre 0,1% e 3%, será definido posteriormente pelo Executivo, explicou o secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira.

A medida dá continuidade à desoneração da folha de pagamentos em 56 setores da economia e reabre o prazo de adesão ao Refis. O parcelamento pode ser feito em até 180 meses, com redução para encargos, multas e juros. A entrada fica reduzida para 5% em dívida de até R\$ 1 milhão, com descontos progressivos para dívidas acima desse valor.



Senador Romero Jucá (3º à esq.) preside audiência da Comissão Mista da MP 651

A MP estabelece a dispensa dos honorários advocatícios quando da extinção de ações judiciais que vierem a ser desistidas em razão de adesão aos parcelamentos.

Oliveira destacou que a medida provisória dispensa de inscrição em dívida ativa e de ajuizamento de execuções fiscais a cobrança de débitos com o (FGTS).

Indústria retraída

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, observou que muitas reivindicações do setor estão na medida, mas ressaltou que a atividade industrial encontra-se em retração, o que acaba

minando a confiança dos empresários.

— A restituição do Reintegra é positiva, e vem agora em caráter permanente. É fundamental para a retomada futura da economia brasileira, que enfrenta séria concorrência dos mercados internacionais. A reabertura do Refis vem agora em condições mais favoráveis — afirmou.

Castelo Branco ressaltou que as mudanças na desoneração da folha, antes em caráter temporário, darão segurança para as empresas planejarem investimentos futuros.

— Não são soluções definitivas, mas minimizam o impacto de uma conjuntura adversa — declarou.

Novos fundos de investimento serão estimulados

Para o secretário-geral da Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, Roberto Belchior, a edição da MP representou uma “ótima notícia” para o setor. Ela estabelece tratamento tributário às emissões de fundo de índice de renda fixa, conhecidas como ETF de renda fixa, que constitui tipo de investimento ainda não disseminado no mercado brasileiro. O mecanismo pode se

tornar fonte de financiamento de longo prazo, pois permite ao investidor a liquidez de se desfazer do investimento diretamente na Bolsa de Valores.

A MP ainda incentiva as emissões de ações por pequenas e médias empresas com valor de mercado de até R\$ 700 milhões, e receita anual de até R\$ 500 milhões. Também prorroga, para 31 de dezembro de 2020, a validade dos incentivos fiscais para emissão

de debêntures destinadas ao financiamento de projetos de infraestrutura.

A MP 651/2014 expira no início de novembro. Ela deverá ser votada na comissão mista entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Em 2 de setembro, às 11h, o colegiado promove uma segunda audiência pública para instrução da medida, à qual foram apresentadas 334 emendas.

CPI Mista do Metrô deve ser instalada hoje

Os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito mista que investigará irregularidades em metrô devem começar hoje. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que é o integrante mais velho da CPI, marcou para as 15h a reunião de instalação. Neste primeiro encontro, devem ser eleitos o presidente e o vice, bem como escolhido o relator da comissão.

A CPI Mista do Metrô foi proposta pela base de apoio ao governo no Congresso. O objetivo é apurar denún-

cias de formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no metrô do Distrito Federal.

A investigação será conduzida por 13 senadores e 14 deputados. A maioria faz parte do Bloco de Apoio ao Governo. O pedido para a criação da comissão foi apresentado em maio. O prazo previsto para as averiguações é de 120 dias.



Suplicy, membro mais velho da comissão, marcou reunião para as 15h



Em reunião da CE presidida por Cyro, texto de Alvaro avançou e vai à CMA

Proposta de moralização do futebol é aprovada na Comissão de Educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 221/2014, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que estabelece regras rígidas de fiscalização das organizações que dirigem o esporte no país. O projeto, que foi incluído na pauta durante a reunião a pedido do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), prevê, por exemplo, o acompanhamento dessas entidades esportivas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Receita Federal e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O texto segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão final.

Auditorias

O projeto obriga a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a encaminhar anualmente as contas para apreciação do TCU, informar trimestralmente ao Coaf qualquer operação acima de R\$ 5 mil e informar qualquer operação financeira com o exterior à autoridade monetária. A Receita Federal também deverá promover auditorias tributárias anuais na entidade, e todos os contratos firmados pela CBF deverão ser públicos e disponibilizados na internet, com respectivos valores, objetos e beneficiários. Além disso, a contabilidade da instituição deverá ser feita “mediante

conta única, sendo vedada a abertura de contas paralelas”. Caso a CBF descumpra as disposições, poderá haver a suspensão de qualquer benefício que a entidade ou filiados recebam do governo federal, dos estados ou do Distrito Federal, além de bloqueio de recursos de loterias federais.

Para Randolfe, o futebol brasileiro vive hoje uma de suas “mais graves crises”.

— Este projeto faz parte de um contexto para democratizar o futebol e nosso esporte — disse.

Patrimônio cultural

Ao justificar a proposta, Alvaro argumentou que o futebol é patrimônio cultural do povo brasileiro e, por isso, o poder público tem o direito de fiscalizar as entidades que gerem o esporte. O senador também lembrou que a CBF conta com recursos públicos. Para ele, a derrota por 7x1 para a Alemanha na semifinal da Copa do Mundo foi importante para dar visibilidade aos problemas da administração do futebol no Brasil

— Se a Seleção Brasileira fosse campeã mundial, muitos considerariam uma espécie de sentença de absolvição para todos os males causados à Seleção Brasileira pela corrupção existente. O declínio que se verificou agora foi anunciado já em 2001, quando a CPI do Futebol revelou crimes praticados pelos cartolas — disse o senador.

Valdir Raupp anuncia retomada de obras viárias em Porto Velho

As obras de cerca de oito viadutos em Porto Velho “devem ser retomadas logo, logo”, informou Valdir Raupp (PMDB-RO), ao registrar que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) já concluiu e homologou a licitação para a conclusão das obras.

Em pronunciamento no Plenário ontem, Raupp comemorou a notícia.

— É uma boa notícia. Essas obras estão paralisadas há algum tempo, causando

transtornos não apenas aos moradores de Porto Velho, mas também a motoristas que por lá passam, a caminho de outras cidades — observou.



Sindicância vai investigar denúncia da revista *Veja* de suposto vazamento de perguntas aos investigados. Medida foi determinada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros

Senado vai apurar fraude na CPI da Petrobras

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, determinou ontem a instalação de uma comissão de sindicância para apurar a participação de servidores da Casa no suposto acerto prévio das perguntas feitas aos depoentes da CPI da Petrobras do Senado. Ele disse que tomou a providência em atenção a um pedido do presidente da comissão parlamentar de inquérito, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Apesar da investigação, Renan Calheiros defendeu a continuidade dos trabalhos. De acordo com ele, não há a necessidade de suspensão das atividades, mas é importante preservar o instituto da comissão parlamentar de inquérito.

— Não precisa suspender nada, absolutamente. A CPI é uma instituição que não pode sair arranhada. É um instrumento fundamental de fiscalização e de cumprimento do papel do Legislativo. É preciso

esclarecer tudo na forma que foi denunciado — declarou o presidente do Senado.

O presidente da CPI também afastou qualquer possibilidade de interrupção dos serviços por causa das denúncias. Segundo Vital do Rêgo, estão previstos mais 45 dias de funcionamento e, se não houver pedido de prorrogação, o relatório final pode ser votado antes das eleições.

Na segunda-feira, senadores da oposição ocuparam a tribuna do Plenário para protestar contra o possível vazamento de perguntas e alguns, como Alvaro Dias (PSDB-PR), sugeriram a descontinuidade dos trabalhos da CPI da Petrobras do Senado.

— A providência radical que o Congresso, especialmente o Senado, deveria exigir é a extinção da CPI do Senado. Ela está agora definitivamente contaminada — afirmou o parlamentar.



O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou necessário esclarecer todas as denúncias da revista *Veja*

Segundo a revista *Veja*, a presidente da Petrobras, Graça Foster, o ex-presidente Sergio Gabrielli e o ex-diretor Nestor Cerveró tiveram acesso antecipado às perguntas que seriam feitas pelo relator, José Pimentel (PT-CE), e foram orientados por funcionários da

estatal sobre a melhor maneira de respondê-las.

A CPI da Petrobras tem 13 integrantes, sendo 10 da base de apoio ao governo. Os opositoristas optaram por participar somente da CPI mista. As duas CPIs têm a missão de investigar denúncias de super-

faturamento na construção de refinarias, falhas de segurança no lançamento de plataformas ao mar, prejuízos sofridos pela Petrobras na compra da refinaria de Pasadena (EUA) e suposto pagamento de propina a funcionários para o fechamento de contratos.

Para Vital do Rêgo, ausência da oposição na CPI exclusiva reduz direito de protesto

Presidente das duas comissões parlamentares de inquérito que investigam irregularidades na Petrobras, Vital do Rêgo (PMDB-PB) rebateu ontem críticas da oposição, que defende a suspensão das atividades da CPI exclusiva do Senado.

— Inicialmente, a oposição precisa participar da CPI para ter autoridade de cobrar. Ela não tem autoridade de cobrar quando não participa. Esse fato criminoso apontado pela revista merece a necessária investigação. Essa presidência tomou todas as devidas providências — afirmou Vital.

A oposição tem direito a 3 das 13 vagas, mas recusou-se a fazer as indicações com o argumento de que não seria possível apurar de forma isenta diante da maioria governista.

Além de solicitar a sindicância interna no Senado, Vital do Rêgo pediu ao diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Coim-

bra, a investigação do suposto favorecimento a depoentes convocados pela CPI.

— Vamos continuar na apuração dos fatos. É a nossa missão. A CPI não pode ser suspensa até por um dever constitucional e institucional.

Vital lembrou que a CPI tem mais um mês e meio de funcionamento e, se não for aprovado pedido de prorrogação, o relatório final pode ser entregue antes das eleições. *(Com informações da Rádio Senado)*



Vital: "Oposição precisa participar para ter autoridade para cobrar"

PPS quer anulação de depoimentos e saída de políticos da CPI

O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), apresentou oficialmente pedido de afastamento de parlamentares supostamente envolvidos no vazamento de perguntas a depoentes da CPI da Petrobras no Senado. O pedido foi recebido pela CPI mista, que funciona paralelamente com idênticos objetos de investigação e com o mesmo presidente, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). O requerimento é baseado em denúncias da revista *Veja*.

Bueno considera que a combinação causou prejuízos às duas comissões de inquérito. Além do afastamento, pede a declaração de nulidade dos depoimentos de Graça Foster e do ex-presidente Sergio Gabrielli, por terem sido beneficiados "pelo esquema de conluio e troca de informações para as oitivas". Ele solicita ainda o agendamento de novos depoimentos nas duas comissões de inquérito.

— Como membro desta

comissão parlamentar mista de inquérito, sinto-me no dever de requerer as devidas investigações por parte dessa Presidência e afastar todas as oitivas que ocorreram com vistas a viciar a coleta de prova testemunhal — afirmou o deputado no requerimento.

Por meio de nota divulgada na segunda-feira, o relator da CPI exclusiva do Senado, José Pimentel (PT-CE), afirmou que "não se reuniu nem orientou o depoimento dos investigados" e que o plano de trabalho da CPI, aprovado pelos senadores da comissão, já trazia uma relação de perguntas a serem respondidas.

Substituições

Rubens Bueno disse também "não ser aceitável que colegas parlamentares, indicados pelas lideranças para investigar, atuem descaradamente para beneficiar os suspeitos".

— Isso é inadmissível e não

resta outro caminho que não seja a substituição dos mesmos em face da suspeição de conluio — reclamou.

O deputado apresentou seis requerimentos convocando as pessoas citadas na reportagem como participantes do esquema de favorecimento: o advogado da Petrobras Bruno Ferreira; o assessor da Liderança do Governo no Senado Marcos Rogério de Souza; o diretor da Petrobras José Eduardo Dutra; o secretário parlamentar da Liderança do PT no Senado Carlos Hetzel; o assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Paulo Argenta; e o chefe do escritório da Petrobras em Brasília, José Eduardo Sobral Barrocas.

Os requerimentos ainda não foram oficialmente incluídos na pauta da reunião da CPI mista de hoje, em que será ouvido o ex-diretor da área internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Denúncia de vazamento gera debate em Plenário

A acusações da revista *Veja* de que houve conluio entre senadores governistas e dirigentes da Petrobras durante os trabalhos da CPI que investiga a estatal acirrou os ânimos entre governo e oposição na sessão do Plenário de ontem.

Após dizer que nada há de ilegal na troca de informações entre as assessorias dos senadores e a Petrobras, Humberto Costa classificou como “frágil e insustentável” a reportagem que aponta a existência de fraude na CPI criada

pelo Senado para apurar irregularidades na empresa.

— As informações veiculadas ali são um ajuntamento de tolices que não serve a outra coisa senão alimentar a pauta de uma oposição ociosa e sem propostas — atacou.

O objetivo da oposição, afirmou Humberto, é envolver a presidente Dilma nas denúncias apuradas pela CPI.

Aloysio Nunes Ferreira disse considerar natural que senadores do PT defendam os interesses do governo na CPI. O

problema, continuou, foi a combinação de perguntas e respostas.

— Fizeram isso com o objetivo de blindar a presidente Dilma, de administrar declarações inconvenientes a ela. É algo que eu considero inadmissível, que é fraudar o propósito de uma CPI. E o Senado foi aviltado — disse.

Humberto rebateu dizendo que foi a oposição que desrespeitou a CPI, “ao não comparecer a nenhuma sessão, nem fazer inquirição ou apresentar requerimento”.

Pimentel garante proteção das informações

Os documentos sigilosos em poder da CPI da Petrobras exclusiva do Senado continuam protegidos e não há nenhum indício de que tenham sido repassados a quem quer que seja. Foi o que assegurou ontem o relator da comissão parlamentar de inquérito, senador José Pimentel (PT-CE). Ele refutou a denúncia de favorecimento a depoentes da CPI com a antecipação das perguntas.

Além de negar qualquer irregularidade, Pimentel esclareceu que a linha principal de questionamentos faz parte do plano de trabalho da CPI da Petrobras, publicado no Portal do Senado, e pode ser consultado por qualquer um.

— Eu nunca me reuni com nenhum depoente da CPI da Petrobras durante o curso de investigação. Eu não orientei o depoimento de qualquer investigado. No vídeo, utilizado como referência pela revista *Veja*, as falas editadas pela publicação levam ao termo “gabarito” de perguntas e respostas. Quero dizer que a assessoria da CPI jamais produziu qualquer questionamento com sua res-

pectiva resposta. Chegamos a produzir até 130 perguntas por depoente. Mas nunca o fizemos acompanhado por respostas — afirmou Pimentel.

O relator também alertou que, segundo a revista *Veja*, a reunião na qual teria sido combinado um esquema de obtenção antecipada das perguntas para o treinamento de depoentes aconteceu em 21 de maio. O senador lembrou que no dia anterior — 20 de maio — o ex-presidente da estatal, Sergio Gabrielli, depôs à comissão parlamentar de inquérito.

— No dia 21, todo o Brasil, o Congresso, a *Veja* e aqueles

que aqui fazem questionamentos sabem que as perguntas feitas por esse relator e pelos demais membros da CPI já tinham sido respondidas por Sergio Gabrielli em audiência pública divulgada pelo site do Senado — disse o relator.

José Pimentel recebeu apoio de parlamentares do PT e do PMDB. Jorge Viana (PT-AC) disse que o caso está muito mais vinculado à disputa eleitoral do que ao funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito.

Já o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), cobrou de Pimentel que algo precisa ser feito para esclarecer a questão.



No Plenário, relator da CPI, José Pimentel, nega qualquer irregularidade

Flexa rejeita uso eleitoral de denúncias contra a estatal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) negou ontem em Plenário que a oposição use as denúncias de irregularidades na Petrobras como mote de campanha eleitoral. Para ele, a CPI exclusiva do Senado é uma farsa.

O senador afirmou que a oposição não participa das investigações dessa comissão porque todos os requerimentos apresentados por ela são rejeitados pela maioria da



Moreira Mariz/Agência Senado

base de apoio ao governo.

O senador disse que a Petrobras tem que ser defendida por todos os brasileiros. Para ele, os problemas na empresa repercutem

internacionalmente.

— De coração, isso pra nós, brasileiros, ecoa muito mal no exterior. A Petrobras tem que ser uma empresa respeitada, porque ela é uma empresa internacional — afirmou.

Humberto considera legítima a comunicação entre os órgãos

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE) disse, em discurso ontem, que não há nada de ilegal na troca de informações entre as assessorias da CPI da Petrobras, dos partidos políticos e da Petrobras na apuração de supostas denúncias na companhia.

— A oposição quer transformar em crime e escândalo uma postura natural e legítima, que é a troca institucional



Moreira Mariz/Agência Senado

de informações entre a CPI e a Petrobras, como ocorreu no caso — argumentou.

Humberto Costa lembrou que os próprios partidos de oposição, em outras comissões de inquérito, também fizeram o mesmo.

Ele criticou a oposição por querer, agora, envolver a presidente da República, Dilma Rousseff, num assunto que se limita ao Senado Federal.

Cyro Miranda pede renúncia de relatores



Marcos Oliveira/Agência Senado

Cyro Miranda (PSDB-GO) advertiu que o Senado ficará com a imagem comprometida de forma irremediável se não investigar a denúncia de que depoentes na CPI tiveram acesso antecipado às perguntas.

Ele observou que os relatores da CPI mista e da CPI do Senado fizeram 15 questões idênticas para a presidente da Petrobras, Graça

Foster, e que ela deve ter tido acesso às perguntas e ensaiado as respostas. Por isso, sugeriu que os dois relatores renunciem.

— Será que o Senado não vai fazer nada diante do fato de que os investigados foram treinados para se saírem bem na foto, no áudio e no vídeo? Esta Casa, acima de qualquer convicção partidária, tem o dever de apurar o que aconteceu — disse.

Jorge Viana critica opositoristas e revista *Veja*



Marcos Oliveira/Agência Senado

O vice-líder do governo no Senado, Jorge Viana (PT-AC), criticou ontem a postura da oposição e da revista *Veja* após a publicação, pelo semanário, de denúncias de favorecimento a depoentes da CPI da Petrobras. Segundo ele, há muito tempo a revista tornou-se uma força auxiliar da oposição e vem perdendo leitores pela falta de imparcialidade.

— A *Veja* tem uma história, e

isso ninguém nega, mas faz muito tempo que virou uma força auxiliar da oposição — reclamou.

Na opinião do senador, os opositoristas também tentam enfraquecer um dos maiores patrimônios do Brasil, que é a Petrobras. O parlamentar aproveitou para apresentar números relativos à melhoria de desempenho da companhia estatal durante o governo petista.

Gravações são prova de fraude em comissão, diz Mário Couto

A denúncia publicada pela revista *Veja* de que as perguntas endereçadas aos depoentes da CPI da Petrobras do Senado foram entregues com antecedência a eles é baseada em gravações, sublinhou ontem em Plenário Mário Couto (PSDB-PA). E, para o senador, o que está gravado não pode ser contestado.

Após advertir que a denúncia desmoraliza o Senado, Mário Couto perguntou, aos que rebatem as acusações da *Veja*, se



Marcos Oliveira/Agência Senado

a revista já mentiu em denúncias de suas reportagens, como no caso do mensalão, por exemplo.

— Não quero acusar injustamente colegas, mas quero dizer

que vou levar até o fim esse questionamento. O certo é que isto aqui desmoralizou esta Casa, é que rasgaram a Constituição. O certo é que rasgaram o Regimento desta Casa. Não se pode dizer que o que está gravado é mentira — afirmou o senador

Proposta foi fruto de acordo com o Executivo após veto presidencial a texto aprovado em 2013. Senadores elogiaram a aprovação e esperam que ela beneficie diversos municípios do Brasil

Moreira Matiz/Agência Senado



Mozarildo Cavalcanti (1º em pé à esq.) foi o autor da proposta aprovada ontem, construída após veto ao seu projeto original

Senado aprova regras para a criação de municípios

COM 52 VOTOS favoráveis e 4 contrários, o Plenário do Senado aprovou ontem o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto que regulamenta a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). A votação da proposta está ligada à decisão sobre um veto presidencial a outra proposição que buscava regulamentar o tema.

O novo texto, apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), é fruto de um acordo entre o Executivo e os parlamentares. Mas, como sofreu modificações na Câmara, teve que passar por um reexame no Senado, que aprovou a proposta sem novas alterações. Agora, o projeto seguirá para sanção presidencial.

O projeto estabelece critérios de viabilidade financeira, população mínima e regras para a consulta à população por meio de plebiscito. O texto aprovado inicialmente no Senado estabelecia re-

quisitos como população de 6 mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 12 mil no Nordeste; e 20 mil no Sul e Sudeste. Além disso, exigia território com área mínima de 200 quilômetros quadrados, no Norte e no Centro-Oeste, e 100 quilômetros quadrados nas demais regiões. A Câmara, no entanto, retirou a exigência territorial, decisão mantida pelo Senado ao reexaminar a proposta.

— Os parlamentares, por fim, entenderam que se tratava mais de uma condição impeditiva do que restritiva. Entendo que o importante para o município ser criado é que seja economicamente viável, independente do seu tamanho geográfico — ressaltou o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

Senadores presentes no Plenário elogiaram a aprovação da proposta. O projeto, para eles, beneficiará diversos municípios do Brasil. Os parlamentares destacaram que a

emancipação de um município traz o desenvolvimento e disseminaram desconhecer uma cidade emancipada cuja situação econômica tenha piorado.

— O que aprovamos hoje, além de assegurar a regulamentação do dispositivo constitucional, é o texto que melhor combina e harmoniza as preocupações e anseios do Executivo com as mais legítimas aspirações do Legislativo — comemorou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A apresentação do projeto foi uma alternativa ao PLS 98/2002 — Complementar, também de Mozarildo Cavalcanti, vetado pela presidente Dilma Rousseff em outubro de 2013 sob a justificativa de que estimularia a criação de pequenos municípios pelo país, fragmentando ainda mais a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e impedindo uma boa gestão municipal. O veto ainda não foi votado pelo Congresso.

Sessão conjunta para analisar vetos é cancelada

Devido ao prolongamento de sessão do Senado na noite de ontem, a sessão do Congresso Nacional marcada para as 19h foi cancelada sem previsão de uma nova data. O Congresso analisaria 30 vetos — parciais ou totais — da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pelos

parlamentares e enviados para sanção.

No Plenário do Senado, o trabalho foi interrompido porque o painel eletrônico apresentou falha técnica no momento em que os senadores votavam a indicação de Tiago de Barros Correia para diretor da Agência Nacional

de Energia Elétrica (Aneel).

O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que haverá outra votação e já convocou uma nova sessão deliberativa para hoje, às 10h. Renan informou que os painéis de votação do Plenário serão trocados, o que deverá ocorrer no mês que vem.

Passa em Plenário proposta que eleva repasse de verbas a cidades

O Plenário do Senado aprovou ontem, em dois turnos de votação, a proposta de emenda à Constituição que amplia em um ponto percentual o repasse de recursos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com o texto aprovado, que segue para análise da Câmara, o reforço às finanças municipais deverá ser realizado ao longo de dois anos — 0,5 ponto no primeiro e 0,5 ponto no segundo. Com isso, o repasse total aos municípios, hoje de 23,5%, passaria a 24,5%.

Originalmente, a PEC 39/2013, de Ana Amélia (PPRS), estabelecia um aumento de dois pontos percentuais no repasse do IR e do IPI ao FPM, a ser implementado de uma única vez. No entanto,

o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou substitutivo e acolheu emenda de Humberto Costa (PT-PE) reduzindo o repasse à metade.

Durante a discussão da matéria, Eunício Oliveira (PMDB-CE) ressaltou a importância do adicional ao FPM, especialmente no Nordeste, onde vários municípios enfrentam dificuldade para pagar o 13º salário. Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Aécio Neves (PSDB-MG) destacaram a luta dos municípios para honrar seus compromissos.

Outros senadores, como Luiz Henrique (PMDB-SC), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Pedro Taques (PDT-MT), elogiaram a medida, mas cobraram uma revisão do pacto federativo que garanta mais avanços aos municípios.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Proposta de Luiz Henrique visa evitar demora na ratificação de tratados

Urgência na tramitação de acordo internacional vai à Câmara

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2011, que tem por objetivo acelerar a tramitação de tratados, atos e acordos internacionais no Congresso Nacional. Foram 64 votos favoráveis e não houve votos contrários nem abstenções. O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A proposta permite a possibilidade de regime de urgência para mensagens presidenciais que encaminham

acordos internacionais para análise do Congresso. O objetivo é acelerar a ratificação desses acordos, já que alguns deles chegam a demorar 20 anos para serem aprovados.

A proposta inicial, de Luiz Henrique (PMDB-SC), previa que a análise fosse feita apenas pelo Senado, mas foi aprovado no Plenário o substitutivo do relator, Jorge Viana (PT-AC), que apenas prevê o regime de urgência, a ser pedido pela Presidência da República ou decidido pelo Senado ou pela Câmara.

Pedro Franco/Agência Senado



Romeu Rufino continuará à frente da Agência Nacional de Energia Elétrica

Diretor-geral da Aneel é reconduzido

O Senado aprovou a recondução de Romeu Donizete Rufino para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Foram 45 votos favoráveis e 8 contrários. Houve 2 abstenções.

Romeu Donizete Rufino nasceu em 23 de abril de 1956, na cidade de Coromandel (MG).

Graduado pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, possui ainda curso de pós-graduação em contabilidade gerencial pela Fundação Getúlio Vargas.

A experiência profissional iniciou-se em 1978. Ingressou na Aneel em 1998. Desde 2006 faz parte da diretoria colegiada do órgão.

Em conformidade com a Lei 9.427/1996, que instituiu a Aneel, os membros da diretoria cumprem mandatos não coincidentes de quatro anos. Os diretores são nomeados pelo presidente da República mediante aprovação prévia do Senado, por voto secreto, após arguição pública dos candidatos aos cargos.